

## XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA

1964-2014: 50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL



7 A 10 DE OUTUBRO DE 2014

Universidade Estadual do Paraná / Campo Mourão - PR

ISSN 1808-9690

### AS REPRESENTAÇÕES DO ERÓTICO NA OBRA DE ADELAIDE CARRARO

Lucila Monteiro da Silva Barros  
Universidade Estadual de Londrina

**RESUMO:** O trabalho a ser apresentado propõe repensar questões em torno da censura de livros que atentavam contra a moral e eram classificados como eróticos ou pornográficos pela censura brasileira na década de 1970, a partir do livro *Mulher Livre*, da escritora Adelaide Carraro. Este livro foi vetado pela Divisão de Censura de Diversões Públicas no ano de 1978, com base no decreto-lei n.1077, promulgado em 1970, que permitia a censura prévia de publicações que tratavam de temas relacionados à moral e aos bons costumes. A censura pode ser compreendida como uma forma de manifestação das representações sociais do período, assim como a classificação da escritora como parte de uma literatura erótica é uma representação atual. Por isso, parto de uma questão inicial: quais eram as representações do erótico na época? Para responder a esta questão deve-se atentar para as práticas sociais em torno do interdito e da liberação da palavra. Para a pesquisa pretendo utilizar as proposições conceituais de Roger Chartier, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau. Assim, o objetivo é estabelecer o contraponto entre representações de duas épocas e como sua literatura ficou conhecida como literatura erótica, e não brasileira, caindo no esquecimento.

**Palavra-chave:** erótico; censura; representações.

**Financiamento:** PIBIC/CNPq

Durante a ditadura militar (1964-1985), a censura prévia a livros se fez presente a partir do governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974). Em vinte e seis de janeiro de 1970 foi promulgado o decreto-lei nº1077, que permitia ao Ministério da Justiça julgar livros e periódicos antes de sua publicação e verificar se esses não atentavam contra a moral e os bons costumes. A literatura censurada da escritora Adelaide Carraro se encontra nesse contexto.

Adelaide Carraro (1936-1992) foi uma escritora paulista da qual pouco se sabe nos dias atuais. Tem-se conhecimento de que ela perdeu os pais muito cedo e morou em orfanatos por um tempo, tendo ganhado o seu primeiro prêmio aos 13 anos, ao escrever um conto intitulado Mãe a um jornal de Vinhedo, sua cidade natal. Informações da escritora e de seus livros são dificilmente encontrados, tornando árdua a pesquisa sobre suas obras.

Na década de 1970, segundo levantamento de Douglas Attila Marcelino (2011), Carraro teve onze livros censurados. O autor também realiza um levantamento de livros censurados por outra escritora vigiada pela censura, Cassandra Rios. Sobre isso, ele coloca:

Na verdade, a julgar pelos depoimentos existentes, ambas as autoras parecem somar uma quantidade de livros proibidos muito maior do que a registrada na documentação do DCDP. (...) é possível perceber que o número de obras suas que foram vetadas ultrapassa o de qualquer autor de livros de conteúdo político mais crítico ao regime militar. (MARCELINO, 2011, p. 148)

Em tempos de censura, a sociedade tinha uma participação ativa, sendo muito comum o envio de cartas, ao Ministério da Justiça ou ao Presidente, que pediam a censura de programas de televisão, revistas ou outro meio de comunicação que a população julgasse ofensivo aos princípios do governo. As mudanças que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970 entrou em choque com a postura autoritária do governo. O livro Mulher Livre, publicado pela editora L'Oren entre 1977 e 1978 se encontrou em meio a esse cenário, sofrendo censura (veto) no ano de 1978, segundo Marcelino (2011). Em seu livro "Subversivos e pornográfico: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970", Marcelino discorre sobre o documento do parecer de Mulher Livre:

Mulher Livre por sua vez, foi caracterizado como uma afronta à boa literatura por um técnico da censura que opinou pela sua interdição ao passo que outro o considerou livre para o leitor adulto, já que apresentaria "casos de anomalias sexuais" e "uso de tóxicos" descritos sem maiores detalhes. (MARCELINO, 2011, p. 150)

O livro de Adelaide nos apresenta ao João Carlos, um jornalista morador de São Paulo que, após o assassinato da socialite Ângela Diniz em dezembro de 1976, viaja para a região dos Lagos, no Rio de Janeiro. Ao chegar na cidade de Cabo Frio, o jornalista conhece diversos personagens, em sua maioria mulheres, e se envolve

com Cristina, sendo introduzido à alta sociedade local. Ele acaba conhecendo Verônica, uma mulher desquitada e mãe de duas crianças que está em uma batalha pela guarda dos filhos com o ex-marido. Toda a trama se desenvolve em meio a festas, bebidas, sexo e drogas.

Em variadas passagens do livro, é possível perceber características e pensamentos da sociedade naquela década de 1970, onde a mulher que se tem por livre é reprimida por seus atos, o machismo presente e o cotidiano daquela elite. A liberação sexual, ou o que o censor chamou de “anomalias sexuais”, aparece de forma natural no meio da elite, mas não para o recém-chegado João Carlos, ou Jocar.

– Mas você pretende se casar, oferecendo-se assim?  
- Ora, seu bobão, você ainda é desse tempo? Agora, se eu não fosse rica... Mas venha, venha. Veja o lugar é aquele ali. Um pequeno braço de areia cercado de mato alto por todos os lados. Olhe, a maré está subindo e vai até o meio do recanto. (CARRARO, p. 51)

O personagem, a princípio, estranha o estilo de vida promíscuo da elite, mas logo se adapta e passa a agir como um deles. Apesar dessa aparente liberdade quanto ao sexo, também é possível identificar na fala de Cristina, uma mulher que participa desse meio, uma reprovação das atitudes de Verônica.

–Mas não quer saber sobre Verô? Aliás, se é que você pretende ainda vê-la. Então eu o aconselharia a se afastar dela, pois ela é devoradora de homens. Já estragou a vida de muitos homens casados. Verô não presta, Verô não tem moral, abandonou o marido e as filhas para poder viver naquilo que você viu hoje. Bacanais regados a bebidas importadas e conjuntos musicais estrangeiros. É viciada em tóxicos e carrega um crime de morte: matou o vigia de sua mansão lá nas laranjeiras, na Guanabara, com três tiros<sup>1</sup>. (CARRARO, p. 74)

Esses trechos permitem uma melhor compreensão da temática do livro e a determinar o que a censura compreendia por literatura erótica, pornográfica e ofensiva à moral. A crescente venda de livros eróticos na década de 1970 possivelmente se deu pelo fato das mudanças ocorridas no período, um momento em que os jovens adotavam novas posturas no comportamento, rejeitando o tradicionalismo e o que era padrão. Esse posicionamento enfrentava as crenças e a moral defendida pelo regime militar.

---

<sup>1</sup> Situação inspirada na vida da própria Ângela Diniz que, para proteger um amante da acusação de assassinato, chegou a assumir o crime de um caseiro que, suspeita-se, ter se envolvido com ela.

Ao voltarmos para a literatura durante o período da ditadura militar é mais comum, inclusive no meio acadêmico, nos depararmos com a literatura engajada e escritores como Dalton Trevisan e Renato Tapajós, excluindo outros tipos de literatura, como a erótica. Marcelino levanta a questão em torno de parte da historiografia do período, que acabou por valorizar a dimensão política da censura, “reforçando, assim, o processo de consolidação de certa memória de resistência às arbitrariedades cometidas durante aquele período, que tem deixado de lado outros planos de atuação à repressão que então se praticava<sup>2</sup>”.

Em uma classificação do livro de Adelaide como erótico ou pornográfico, tem-se Maingueneau e Durigan, que situam as diferenças entre os dois tipos de literatura. Pela definição de C. J. Bertrand e A. Baron apresentada por Maingueneau (2010), a pornografia mostra “o que não pode ser feito em público, o que geralmente não se faz e o que a maioria das pessoas nunca faz”. Em *Mulher Livre* é possível encontrar um exemplo para cada situação: relações sexuais “convencionais”, orgias e cenas de abuso. Logo, a obra se enquadraria na pornografia. Ainda sobre a pornografia Maingueneau (2010, p.39) afirma que “...a pornografia é radicalmente transgressiva, ela pretende dar visibilidade máxima a práticas às quais a sociedade busca, ao contrário, dar visibilidade mínima, quando não para algumas delas, visibilidade nenhuma.” O erotismo, também presente no livro, é uma forma de representar a sexualidade dentro dos limites propostos pela sociedade do período retratado, enquanto a pornografia se apresenta de uma forma mais aberta e agressiva. A pornografia acaba sendo delimitada pelos costumes da sociedade do período. O veto à *Mulher Livre*, aconteceu em um período no qual se tinha um governo autoritário e as representações do erótico e do pornográfico foram vigiadas pelas instituições que zelavam pela moral e pelos bons costumes, estando, por fim, subordinadas aos costumes e valores desse período. Isso acontece pelo fato de o texto erótico ser um fato cultural e conter representações de seu período imbricados em seu corpo (DURIGAN, 1986). Ao longo do texto de *Mulher Livre*, é possível encontrar vestígios dos valores da época, como no exemplo a seguir, ao se tratar do diálogo de uma mulher solteira que se insinua para o homem pelo qual está interessada:

---

<sup>2</sup>MARCELINO, Douglas A. Subversivos e pornográficos: censuras de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. P. 23.

- Gosta dos meus tetons, heim?! Se quiser pode prova-los (...)
- Mas você pretende se casar, oferecendo-se assim?
- Ora bobão, você ainda é desse tempo?" (CARRARO, p. 50)

Nas capas de seus livros, Adelaide é frequentemente exaltada com slogans como “a mulher de cinco milhões de livros vendidos” ou “todos lêem”, fato que deixa uma questão em aberto: se era tão popular, como desapareceu da cena literária quando se faz uma retrospectiva do período?

Para abordar tais questionamentos, recorro a Pierre Bourdieu para quem cada classe ocupa uma posição dentro do espaço social e essa posição é determinada pelo *habitus*. Bourdieu (1983, p. 82) define *habitus* como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto”. O que relega determinado lugar social a certo indivíduo é o conhecimento da sua condição econômica-social, que permite compreender a posição desse indivíduo no espaço de seu estilo de vida ou nas suas “práticas através das quais ele se marca e se demarca”.

Ao pensar a popularização das obras eróticas, deve-se pensar também o papel do escritor e a sua função para com as classes, tanto dominantes quanto dominadas, já que no caso de Adelaide, “todos lêem”. Os escritores, ainda que dominados, fazem parte da classe dominante e ocupam uma posição ambivalente em relação às classes, sua posição na sociedade e a sua função<sup>3</sup>. O valor simbólico de determinado objeto, no caso o livro, lhe é relegado pelos indivíduos de uma classe que consomem e classificam o objeto como pertencente a esse grupo. Isso é a simbolização da posição social do grupo, onde esses se adaptam às condições de existência que lhes são impostas pela condição econômica, como por exemplo, o uso de determinadas roupas<sup>4</sup>. No livro *Escritora maldita?* encontra-se reunida uma coletânea de cartas enviadas por fãs e admiradores do trabalho da escritora, onde pode-se encontrar uma amostra dos seus leitores. Lá estão cartas de presidiários, padre, donas-de-casa, estudantes e adolescentes, uma amostra da heterogeneidade do público leitor da escritora.

---

<sup>3</sup>BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Pierre Bourdieu: introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013. P. 192.

<sup>4</sup>BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.) Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983. P. 105.

Outro conceito que trabalharei ao longo do projeto é o de apropriação. A ideia de apropriação de Michel de Certeau é resgatada por Roger Chartier ao falar do conceito de representação, tido como uma tensão entre um objeto e a imagem que se tem do objeto<sup>5</sup>. Para Certeau essa (re)apropriação é permitida pelo consumo cultural (ler, olhar, escutar) e a partir disso, pode-se repensar a relação entre o público designado popular e produtos propostas para o consumo desse mesmo público. Ainda sobre a circulação e o significado das representações, Certeau afirma:

A presença e circulação de uma representação (ensinada como código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. (CERTEAU, 1994, p. 40)

Mesmo em uma leitura, silenciosa, o leitor consome e se apropria do texto, produzindo múltiplas interpretações. Chartier defende que, ao ignorar o corte entre produção e consumação, a obra adquire sentido através dessas variadas interpretações que constroem o seu significado. Ainda segundo ele, “a oposição entre realidade e representação é assim encarada como primordial, para distinguir tipos de história e, ao mesmo tempo, discriminar tipos de texto<sup>6</sup>”. O texto de Adelaide, por ser literário é considerado ficcional, não podendo ser tido como testemunhal. Roger Chartier coloca também que, ao ser utilizado pelo historiador, o texto literário perde a “natureza literária” para ser conduzido a classificação de texto documental. Após ser classificado como texto documental, o texto passa por uma análise, e é válido lembrar que nenhum texto mantém uma relação transparente com a realidade ali inserida.

A oposição entre realidade e representação e a divisão dos tipos de textos, é fundamental ao se realizar a leitura de um documento, visto que

A relação do texto com o real (...) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita. O que leva, antes de mais, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas de uma realidade histórica, mas atender à sua especificidade enquanto texto situado relativamente a outros textos e cujas regras de organização, como a elaboração formal, têm em vista produzir mais do que mera descrição. O que leva, em seguida, a considerar que os “materiais-

---

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. P. 20.

<sup>6</sup>CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. P. 62.

documentos”obedecem também a processos de construção onde se investem conceitos e obsessões dos seus produtores e onde se estabelecem as regras de escrita próprias do gênero de que emana o texto. (CHARTIER, 1990,p. 63)

Ao utilizar o texto da escritora para analisar as representações do erótico e pornográfico na década de 1970, o literário se torna documento e independente de sua classificação não pode ter suas condições de produção esquecidas, tais como as regras de funcionamento daquele texto.

A literatura ficcional de Adelaide chega a cada indivíduo e à atualidade de uma maneira distinta da situação da qual foi produzida, com intenções diversas e particular a cada um que a lê, adquirindo novas representações. É possível pensar, nos dias atuais, que a obra de Adelaide Carraro nada possui de pornográfico ou erótico, mas o que interessa neste trabalho é a percepção da censura, inserida no contexto da década de 1970, em relação a pornografia e erotismo ali contidos. A censura foi a manifestação das representações daquele momento.

O período em que Adelaide escreve é um momento de transição, de mudanças na sociedade brasileira que questiona os padrões e o tradicionalismo e aceita em seu meio essa literatura mais ousada. Apesar da popularização desses livros e o seu público heterogêneo, nenhuma classe, aparentemente, reivindicou como bem simbólico de seu estilo de vida aquela literatura. Ao ser relegada ao rol da literatura erótica, e não brasileira, a escritora teve o seu valor diminuído gradualmente. Para Bourdieu, o que ajuda a distinguir as classes é a sua competência no consumo de arte e,

(...) mais rara do que essa capacidade relativamente comum, de adotar um ponto de vista propriamente estético sobre objetos já constituídos esteticamente - (...) - é a capacidade reservada aos ‘criadores’ de constituir esteticamente objetos quaisquer ou mesmo ‘vulgares’ (porque apropriados, esteticamente ou não, pelo vulgar) ou a aptidão para engajar os princípios de uma estética ‘pura’ nas escolhas mais ordinárias da existência ordinária, em matéria de cozinha, de vestimenta ou decoração, por exemplo. (BOURDIEU, 1983,p. 89)

A classe que possui mais poder acaba por legitimar a sua superioridade sobre os que se encontram dominados e que também reconhecem o outro como legítimo. Por isso, mais informações são encontradas e mais valor é dado àqueles “objetos de arte”, no caso o livro de Adelaide, já consagrados pela “Alta cultura” como legítimos. Outra possibilidade é pensar a literatura produzida pela escritora, tida como menos

importante, por não fazer nenhum tipo de referência ao período no qual o país se encontrava, de acordo com a historiografia pós-ditadura, na qual busca-se dar um significado maior ao que se refere à memória construída desse período.

As representações do erótico e do pornográfico na obra de Adelaide se apresentam de acordo com o período em que se insere e com os costumes vigentes, no caso do livro *Mulher Livre e o seu veto*, em um momento no qual valia as crenças do regime militar.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Pierre Bourdieu: introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.) **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

CARRARO, Adelaide. **Escritora maldita?** São Paulo: L. Oren.1976.

CARRARO, Adelaide. **Mulher livre**\_ 4ª ed. São Paulo: L. Oren, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**:1 artes de fazer. Michel de Certeau; tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DURIGAN, Jesus Antonio. **Erotismo e literatura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

MARCELINO, Douglas A. **Subversivos e pornográficos**: censuras de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.